

RECRUSUL S/A

– Companhia Aberta –

CNPJ 91.333.666/0001-17
Av. Luiz Pasteur, 1020 – SAPUCAIA DO SUL (RS)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício Findo em 31.12.2017

- Relatório da Administração
- Demonstrações Contábeis
- Notas Explicativas
- Parecer dos Auditores Independentes
- Declaração da Diretoria

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Comentário do Desempenho

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. **Relacionamento com Auditores Independentes.** Em conformidade com a Instrução CVM no. 381 informamos que os auditores independentes da Companhia, não prestaram durante o exercício de 2017 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. Sapucaia do Sul – RS, 23 de março de 2018. Os administradores.

RECRUSUL S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)

		A T I V O			
		Controladora		Consolidado	
	Notas	2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE		1.174	815	1.174	815
Caixa e Equivalentes de Caixa		1	2	1	2
Estoques	4	758	775	758	775
Impostos a Recuperar		55	38	55	38
Despesas Antecipadas		360	-	360	-
NÃO CIRCULANTE		36.296	41.786	36.296	47.169
Realizável A Longo Prazo		34.403	16.351	34.403	16.351
Partes Relacionadas	5	13.408	14.367	13.408	14.367
Depósitos Judiciais		1.985	1.984	1.985	1.984
Crédito Alienação Imobiliária	1	17.000	-	17.000	-
Despesas Antecipadas		2.010		2.010	
Investimentos	6	147	147	147	147
Imobilizado	7	1.745	25.287	1.745	30.670
Intangível	7	1	1	1	1
TOTAL DO ATIVO		37.470	42.601	37.470	47.984

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

RECRUSUL S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)
P A S S I V O

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CIRCULANTE		36.912	57.176	45.130	67.429
Fornecedores	8	4.306	5.497	4.333	5.524
Instituições Financeiras	9	3.020	2.620	3.020	2.620
Impostos e Contribuições a Recolher	10	13.635	19.623	19.638	24.873
Adiantamento de Clientes		2.606	2.840	2.631	2.865
Débitos Trabalhistas/Cíveis		282	6.396	504	6.618
Credores Plano de Parcelamento	11	-	6.899	730	7.629
Honorários Administradores		192	166	468	442
Parcelamento Federais	12	1.630	12.031	2.504	15.693
Credores por Produtos a Entregar		3.681	-	3.681	-
Credores Extraconcursais	11	4.425	-	4.425	-
Outras Contas		3.135	1.104	3.196	1.165
NÃO CIRCULANTE		113.494	61.472	108.639	62.373
Instituições Financeiras	9	3.726	3.600	3.726	3.600
Credores Plano de Parcelamento	11	26.843	7.943	28.244	9.343
Partes Relacionadas	5	7.837	-	7.837	-
Impostos e Contribuições a Recolher		69	69	69	69
Parcelamentos Federais	12	41.625	24.861	48.709	35.739
Provisão p/ IRPJ e CSLL sobre Tributos IFRS		-	2.384	-	3.508
Provisão para Perdas em Investimentos	6	16.506	15.419	-	-
Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		-	2.537	-	2.537
Credores Extraconcursais	11	16.888	-	16.888	-
Outras Contas		-	4.659	3.167	7.578
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	(112.936)	(76.047)	(116.299)	(81.818)
Patrimônio Líquido dos Acionistas Control.		(112.936)	(76.047)	(116.299)	(81.818)
Capital Social	13.1	124.498	124.498	124.498	124.498
Reservas de Capital		543	543	543	543
Ajuste Avaliação Patrimonial		-	6.174	-	6.174
Prejuízos Acumulados		(237.977)	(207.262)	(241.147)	(212.851)
Participação de Acionistas Não Controladores		-	-	(193)	(182)
TOTAL DO PASSIVO		37.470	42.601	37.470	47.984

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

RECRUSUL S.A
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS		35	-	35	-
RECEITA LÍQUIDA		35	-	35	-
LUCRO BRUTO		35	-	35	-
Despesas c/Vendas	16	-	(1)	-	(1)
Despesas Administrativas	16	(1.236)	(826)	(1.236)	(860)
Honorários dos Administradores	16	(33)	(34)	(33)	-
Resultado Equivalência Patrimonial	6	(1.086)	(1.722)	-	-
Outras Receitas Operacionais	16	907	150	907	271
Outras Despesas Operacionais	16	(25.984)	(5.873)	(25.984)	(5.873)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(27.397)	(8.306)	(26.311)	(6.463)
Receitas Financeiras	17	-	647	370	647
Despesas Financeiras	17	(11.874)	(22.129)	(13.355)	(24.007)
RESULTADO FINANCEIRO		(11.874)	(21.482)	(12.984)	(23.360)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(39.271)	(29.788)	(39.296)	(29.823)
Imposto de Renda e Contribuição Social		2.384	-	2.384	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(36.887)	(29.788)	(36.911)	(29.823)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	(11)	(17)
Participação dos Acionistas Controladores		-	-	(36.900)	(29.806)
TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES NO PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					(29.823)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R\$	19.b	(7,25932)	(0,78165)	(7,26412)	(0,78257)
Prejuízo básico e diluído por ação preferencial - R\$	19.b	(7,25932)	(0,78165)	(7,26412)	(0,78257)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

RECRUSUL S.A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo Líquido Do Exercício	(36.887)	(29.788)	(36.900)	(29.806)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades				
Depreciação e amortização	319	334	319	334
Equivalência Patrimonial	1.086	1.722	-	-
Resultado Na Venda de Ativo Imobilizado e Intangível	(23.223)	-	(28.606)	-
Provisão para Contingências	(2.537)	2.537	(2.537)	2.537
Participação dos Não Controladores	-	-	(11)	(17)
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) Redução de Estoques	(17)	(62)	(17)	62
(Aumento) Redução de Impostos a Recuperar	17	(18)	17	(18)
(Aumento) Redução de Outras Ativos Circulantes	360	(212)	360	212
(Aumento) Redução de Depósitos Judiciais	1	-	1	-
(Aumento) Redução de Outras Ativos Não Circulantes	19.969	(13.360)	19.969	(13.360)
Aumento (Redução) de Fornecedores	(1.191)	(205)	(1.191)	(205)
Aumento (Redução) de Impostos e Contrib. a Recolher	(5.988)	1.435	(5.235)	1.884
Aumento (Redução) de Adiantamento de Clientes	(234)	(1.763)	(234)	(1.763)
Aumento (Redução) Credores por Produtos a Entregar	3.681	-	3.681	-
Aumento (Redução) de Débitos Trabalhistas /Cíveis	(6.114)	1.417	(6.114)	1.417
Aumento (Redução) de Honorários Administradores	26	(1.720)	26	(1.720)
Aumento (Redução) de Parcelamentos Federais Circula	(10.401)	4.264	(10.401)	5.702
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulante	2.031	-	2.031	-
Aumento (Redução) Parcelamentos Federais Não Circu	16.764	-	16.764	-
Aumento (Redução) de Outras Contas	21.975	(3.304)	27.715	(3.843)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(20.363)	(38.723)	(20.363)	(38.584)
Fluxos de caixa das atividade de Financiamentos				
Adiantamento p/Aumento de Capital	-	52.498	-	52.498
Aumento (Redução) Instituições Financeiras	526	(9.942)	526	(9.942)
Aumento (Redução) Credores Plano de Recuperação	12.001	(3.831)	12.001	(3.970)
Aumento (Redução) Débito de Partes Relacionadas	7.837	-	7.837	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	20.364	38.725	20.364	38.586
Aumento de caixa e equivalente de caixa	(1)	2	(1)	2
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2	-	2	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1	2	1	2

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

RECRUSUL S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(em milhares de reais)

	<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>	<u>AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</u>	<u>PREJUÍZOS ACUMULADOS</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</u>	<u>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	72.000	543	6.258	(182.783)	(103.982)	(165)	(104.147)
Aumento de Capital	52.498	-	-	-	52.498	-	52.498
Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	-	-	-	(373)	(373)	-	(373)
Ajustes IFRS	-	-	(84)	128	44	-	44
Prejuízo Líquido Do Exercício	-	-	-	(29.823)	(29.823)	-	(29.823)
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	(17)	(17)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	124.498	543	6.174	(212.851)	(81.636)	(182)	(81.818)
Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	-	-	-	(239)	(239)	-	(239)
Ajustes IFRS	-	-	(6.174)	6.174	-	-	-
Efeito Decorrente de Investimento em Controladas	-	-	-	2.680	2.680	-	2.680
Prejuízo Líquido Do Exercício	-	-	-	(36.911)	(36.911)	-	(36.911)
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	(11)	(11)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	124.498	543	-	(241.147)	(116.106)	(193)	(116.299)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

RECRUSUL S.A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas	942	150	942	271
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	35	-	35	-
Outras Receitas	907	150	907	271
Insumos Adquiridos de Terceiros	-	-	-	-
Valor Adicionado Bruto	942	150	942	271
Retenções	(319)	(334)	(319)	(334)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(319)	(334)	(319)	(334)
Valor Adicionado Líquido Produzido	623	(184)	623	(63)
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	(1.086)	(1.075)	370	647
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.086)	(1.722)	-	-
Receitas Financeiras	-	647	370	647
Valor Adicionado Total a Distribuir	(463)	(1.259)	993	584
Distribuição do Valor Adicionado	(463)	(1.259)	993	584
Pessoal	1.091	1.730	1.091	1.730
Remuneração Direta	1.037	1.605	1.037	1.605
F.G.T.S.	54	125	54	125
Impostos, Taxas e Contribuições	263	471	263	471
Federais	164	373	164	373
Municipais	99	98	99	98
Remuneração de Capitais de Terceiros	35.070	26.328	36.550	28.206
Juros	11.874	22.129	13.354	24.007
Outras	23.196	4.199	23.196	4.199
Remuneração de Capitais Próprios	(36.887)	(29.788)	(36.911)	(29.823)
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	(36.887)	(29.788)	(36.900)	(29.806)
Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	(11)	(17)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

RECRUSUL S/A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
(em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

Operação de Alienação Imobiliária: Na data de 03 de setembro de 2017 foi deferida a alienação do ativo imobiliário da Companhia em Sapucaia do Sul – RS pelo valor de R\$17.000. As condições de pagamento são: R\$ 500 no ato da autorização da proposta; R\$ 500 em 30 dias após no ato da imissão da posse pelo adquirente; R\$ 1.500 quando da escritura definitiva no Registro de Imóveis de Sapucaia do Sul – RS; 50 parcelas de R\$ 250 corrigidas pela TR depositadas sempre a cada dia 10 após o pagamento das duas primeiras parcelas da proposta; 10 parcelas de reforço no valor de R\$ 200 semestrais a partir de maio de 2018 com a última em maio de 2022. Os recursos são depositados em juízo e a liberação aos credores obedecerá a ordem cronológica estabelecida no Termo de Acordo entre Companhia e Sindicato dos Trabalhadores protocolado na primeira semana de outubro de 2015 relacionando todos os credores trabalhistas e quirografários e seus respectivos créditos a serem pagos com a respectiva venda.

Aspectos Operacionais: A Companhia está estudando formas de reativar sua operação, quer seja i) através de aquisição ou desenvolvimento de novos negócios ou ii) retomada de suas operações de implementos rodoviários.

Operação de integralização de capital: Conforme Fato Relevante de 03/04/2017 as ações em poder da Triskelion Capital não foram integralizadas de acordo com o que havia sido deliberado na Ata da RCA de 13/12/2016. No dia 25/05/2017 foi divulgado através de Fato Relevante que novos investidores haviam assumido o compromisso de integralização das 8.939.531 ações ordinárias e 638.538 ações preferenciais detidas anteriormente pela Triskelion Capital. O valor total de R\$ 959 referente as ações preferenciais foram totalmente integralizadas. O saldo a ser integralizado atinge o montante de R\$ 13.408 e encontra-se destacado na conta de Partes Relacionados no Ativo Realizável a Longo Prazo e, ainda, descrito na Nota Explicativa 05.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas e padrões internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB- International Accounting Standards Board e IFRS- International Financial Reporting Standards e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,



com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 12.996/14, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Bases de Preparação e Consolidação

No balanço patrimonial individual, as participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, as variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao Exercício 2017 denominadas de “Controladora” e “Consolidado” foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios da Recrusul S/A e suas Controladas, com base na operação envolvendo a alienação do ativo imobiliário referente ao parque industrial da Companhia localizado na cidade de Sapucaia do Sul – RS, para buscar o equacionamento da estrutura patrimonial envolvendo passivos de curto e longo prazo bem como alternativas para capital de giro.

3.3 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários que podem ser conversíveis em um montante conhecido de caixa.

3.5 Clientes

As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas.

3.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de realização ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição.

3.7 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes



Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.9 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados.

3.10 Intangível

Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e, softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.11 Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.11.1 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

3.11.2 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

3.12 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

3.13 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes



Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.14 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

3.15 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções.

3.16 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração da Companhia, são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, “Impairment” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.17 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários.

NOTA 04 – ESTOQUES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Produtos Prontos	133	143	133	143
Produtos em Processo	140	139	140	139
Matéria-Prima	286	294	286	294
Materiais Diversos	199	199	199	199
Total Líquido a Receber	758	775	758	775



NOTA 05 – PARTES RELACIONADAS

Pelo lado do ativo, refere-se aos créditos que a Companhia detém perante os investidores, conforme Fato Relevante do dia 25/05/2017, que assumiram o compromisso de realizar as respectivas integralizações anteriormente vinculadas à Triskelion Capital conforme Ata da RCA de 13/12/2016, respeitando o disposto do art. 5º do Estatuto Social. Pelo lado do passivo, refere-se a operações de empréstimos cujo montante alcançou em 31/12/2017 o valor de R\$ 7.837.

Falta falar do saldo passivo de R\$7.837.

NOTA 06 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Descrição	Refrima S/A	Refrisa S/A	Recrusul Turismo Ltda	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Capital Social	6.000	19.611	352	25.963	25.963
Patrimônio Líquido	(8.970)	(10.861)	(38)	(19.869)	(18.509)
% de Participação No Capital Votante	98,06	70,83	95	-	-
% de Participação No Capital Total	98,06	70,83	95	-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(507)	(831)	-	(1.338)	(2.148)
Saldo Inicial em 31/12/2016	-	-	-	-	-
Equivalência Patrimonial	(498)	(589)	-	(1.086)	(1.722)
Provisão p/ Perda em Investimentos	(8.781)	(7.688)	(37)	(16.506)	(15.419)
Saldo Final em 31/12/2017	-	-	-	-	-
Saldo de Outros Investimentos				147	147
Saldo Total de Investimentos				147	147

NOTA 07 – IMOBILIZADO E INTANGIVEL

Descrição	Controladora					
	31 de Dezembro de 2016	Aquisiçõe s	Baixas	Transfêrenc ias	Depreciaçõ es	31 de dezembro de
Imóveis	23.188	-	(23.188)	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.522	-	(17)	-	(277)	2.228
(-)Provisão perdas Maquinas e M	(942)	-	-	-	-	(942)
Móveis e Utensílios	1	-	-	-	-	1
Processamento de Dados	2	-	-	-	(2)	-
Instalações/Ferramentas	133	-	(18)	-	(40)	75
Imobilizado em Andamento	383	-	-	-	-	383
TOTAL sem Intangível	25.287	-	(23.223)	-	(319)	1.745
Intangível	1	-	-	-	-	1
TOTAL com Intangível	25.288	-	(23.223)	-	(319)	1.746



Consolidado						
Descrição	31 de Dezembro de 2016	Aquisições	Baixas	Transfêrencias	Depreciações	31 de dezembro de
Imóveis	28.571	-	(28.571)	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.522	-	(17)	-	(277)	2.228
(-)Provisão perdas Maquinas e M	(942)	-	-	-	-	(942)
Móveis e Utensílios	1	-	-	-	-	1
Processamento de Dados	2	-	-	-	(2)	-
Instalações/Ferramentas	133	-	(18)	-	(40)	75
Imobilizado em Andamento	383	-	-	-	-	383
TOTAL sem Intangível	30.670	-	(28.606)	-	(319)	1.745
Intangível	1	-	-	-	-	1
TOTAL com Intangível	30.671	-	(28.606)	-	(319)	1.746

Recuperabilidade de ativos - Com a alienação do Imobilizado, para liquidação de passivos, por um valor abaixo do contabilizado reconhecemos prejuízos no ano de 2017 da ordem de R\$ 3.484.

NOTA 08 – FORNECEDORES

Conforme a Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia efetuou a aplicação da mudança de prática contábil em sua conta de fornecedores, arbitrando taxas médias de CDI + 0, 5% a.m. relativas às compras efetuadas no período que contenham juros implícitos em sua negociação. A taxa mensal arbitrada calculada foi de 1,28% a.m., aplicada sob as movimentações ocorridas do período, e resultando um saldo de AVP de fornecedores de R\$1.

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Fornecedores	4.307	5.498	4.334	5.525
(-) AVP - Fornecedores	(1)	(1)	(1)	(1)
Total	4.306	5.497	4.333	5.524

NOTA 09 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		Taxa a.m.%
	31 de dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016	
Antecipação Recebíveis Finame	330	330	330	330	a)
Empréstimos Bancários	6.416	5.890	6.416	5.890	b)
TOTAL	6.746	6.220	6.746	6.220	
Total Circulante	3.020	2.620	3.020	2.620	
Total Não Circulante	3.726	3.600	3.726	3.600	

a) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m a CDI + 1,2% a.m

b) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m



NOTA 10 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER
a) Impostos no Circulante

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Obrigações Fiscais Federais	572	7.113	1.399	7.921
Obrigações Fiscais Estaduais	10.551	9.998	15.725	14.438
Obrigações Fiscais Municipais	2.512	2.512	2.514	2.514
TOTAL IMPOSTOS	13.635	19.623	19.638	24.873

b) Provisão para IR e CS sobre Adoção das IFRS

Provisão de IR e CS gerada pela Adoção do CPC nº 27 sobre avaliação de ativos, que se constituiu como passivo oneroso para Companhia na operação de contabilização da alienação imobiliária.

NOTA 11 – CREDORES PLANO DE PARCELAMENTO (Circulante e Não Circulante)

Os saldos do Plano de Recuperação Judicial (processo n.º 035/1.06.0000410-0) estão a seguir:

Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONTROLADORA						
Descrição	31 de dezembro de 2017			31 de Dezembro de 2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	-	14.212	14.212	-	4.871	4.871
Inst. Financeiras	-	1.006	1.006	770	252	1.022
Quirografários	-	11.624	11.624	6.129	2.819	8.948
TOTAL	-	26.843	26.843	6.899	7.943	14.842

Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONSOLIDADO						
Descrição	31 de dezembro de 2017			31 de Dezembro de 2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	186	14.589	14.775	186	5.248	5.434
Inst. Financeiras	-	1.006	1.006	770	252	1.022
Quirografários	544	12.822	13.367	6.672	4.017	10.689
(-) Ajuste Vlr. Presente	-	(174)	(174)	-	(174)	(174)
TOTAL	730	28.244	28.974	7.628	9.343	16.972

Credores Extraconcursais Circulante: refere-se basicamente a honorários judiciais pendentes do administrador judicial e acordos trabalhistas totalizando R\$ 4.425;

Credores Extraconcursais Não Circulante: refere-se basicamente a grupo de fornecedores e representantes comerciais totalizando R\$ 3.606 e, ainda, operações de instituições não-financeiras totalizando R\$ 13.281.

NOTA 12- PARCELAMENTOS FEDERAIS


Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, formalizada a opção pelo parcelamento em 180 meses de débitos tributários federais anteriores a novembro de 2013. As prestações, originais no parcelamento eram de R\$ 129 em 180 meses. A Companhia, durante o ano de 2017, também aderiu ao parcelamento PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) dos débitos da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O passivo tributário Federal da controladora é de R\$ 43.255 após adesão ao PERT sendo que nesta adesão houve redução de R\$ 27.445 do montante total do passivo tributário federal.

NOTA 13- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital Social e Direito das Ações

Através de Ata de Reunião do Conselho de Administração de 20 de julho de 2016 a Companhia efetuou aumento de capital no montante de R\$ 52.498 mediante a subscrição privada de novas ações para cumprimento de acordo com credores através das respectivas conversões de dívidas em ações da Companhia e capital de giro para retomadas das operações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 o capital social autorizado, conforme

Estatuto Social é de R\$ 124.498 mil, representado por 1.703 mil ações ordinárias e 3.378 mil ações preferenciais, totalizando 5.081 mil ações sem valor nominal.

13.2 Efeito Decorrente de Investimentos em Controladas

Corresponde ao reconhecimento do resultado no exercício do efeito de ajustamento de investimento em controladas.

NOTA 14 - CONTRATOS DE SEGUROS

Atualmente a Companhia não possui contratos de seguros vigentes.

NOTA 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017.

NOTA 16 - RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA



Tipo	Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31 de Dezembro de	31 de Dezembro de	31 de Dezembro de	31 de Dezembro de
Despesa	Comissões	-	(1)	-	(1)
	Total das Despesas de Vendas	-	(1)	-	(1)
Despesa	Remuneração Direta	(169)	(311)	(169)	(311)
Despesa	Remuneração dos Administradores	(33)	(34)	(33)	(34)
Despesa	Encargos de Depreciação/Amortização	(39)	(41)	(39)	(41)
Despesa	Despesas com Benefícios/FGTS	(84)	(173)	(84)	(173)
Despesa	Honorários Advogado/Auditores	(559)	-	(559)	(177)
Despesa	Outras Despesas	(386)	(302)	(386)	(302)
	Total das Despesas Administrativas	(1.269)	(860)	(1.269)	(860)
Receita	Outras Receitas Operacionais	907	150	907	271
	Total Outras Receitas Operacionais	907	150	907	271
Despesa	Acordos Credores Extraconcursal	(17.581)	-	(17.581)	-
Despesa	Multas/Correções	(779)	(1.238)	(779)	(1.238)
Despesa	Despesas Alienação Imobiliária	(3.484)	-	(3.484)	-
Despesa	Negociações/Processos/Trabalhistas	(3.143)	(2.537)	(3.143)	(2.537)
Despesa	Ajustes de Estoque / Ociosidade	(997)	(2.098)	(997)	(2.098)
	Outras Despesas Operacionais	(25.984)	(5.873)	(25.984)	(5.873)
	Total Custos e Despesas	(26.346)	(6.584)	(26.346)	(6.463)

As principais contas de Outras Despesas Operacionais referem-se a:

- i) **Credores Extraconcursais:** renegociações e reconhecimentos de credores que entraram com processo judicial contra a Companhia com acordos para encerramento destes processos aderentes ao que fora deliberado na AGC de 07/01/2016. Honorários do administrador judicial conforme decisão judicial, de honorários de sucumbência de ordem trabalhista, contratos com consultores cíveis, tributários e acordo com Sindicato trabalhista para liberação de dirigente sindical;
- i) **Despesas Alienação Imobiliária:** Refere-se a prejuízo entre valor de livro contábil e contrato de compra e venda conforme homologação judicial;
- ii) **Negociações/Processos/Trabalhistas:** reconhecimentos de condenações em novos processos trabalhistas, acordos judiciais e extra-judiciais.

A Companhia, baseada em sua melhor estimativa, acredita que a maior parte dos processos de ordem civil, onde é polo passivo judicialmente, encontra-se contemplada nas despesas contabilizadas neste exercício social, as quais estão aderentes ao que fora estabelecido no Plano de Repagamentos aprovado na AGC de 06/01/2016.



NOTA 17 – RESULTADO FINANCEIRO

Tipo	Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Receita	Descontos Recebidos	-	647	370	647
	Total Receitas Financeiras	-	647	370	647
Despesa	Correção Plano de Recuperação Judicial	(2.660)	-	(2.660)	-
Despesa	Despesas Tributárias - Juros e Multas	(1.801)	(750)	(3.282)	(2.628)
Despesa	Correção Parcelamentos Federais	(2.507)	(4.268)	(2.507)	(4.268)
Despesa	Despesas Capital de Giro/Reestruturação	(4.761)	(17.037)	(4.761)	(17.037)
Despesa	Outras Despesas Financeiras	(145)	(74)	(145)	(74)
	Total Despesas Financeiras	(11.874)	(22.129)	(13.355)	(24.007)
	Total Resultado Financeiro	(11.874)	(21.482)	(12.985)	(23.360)

NOTA 18– CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE A CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		Patrimônio Líquido	
	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Controladora	(36.887)	(29.788)	(112.935)	(76.047)
Lucros não Realizados na Venda de Imóveis	-	-	-	(2.680)
Participação dos Não Controladores	(11)	(17)	(193)	(182)
Absorção do PL Negativo de Controlada	(13)	(18)	(3.170)	(2.909)
Consolidado	(36.911)	(29.823)	(116.299)	(81.818)

NOTA 19– LUCRO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta as seguintes informações.

a) Movimentação do número de ações:

Ações Emitidas	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
Ações Ordinárias	1.703	12.771
Ações Preferencias	3.378	25.338
Total Ações Emitidas	5.081	38.109



b) Resultado por ação:

Controladora	31 de Dezembro de	31 de Dezembro de
	2017	2016
Lucro (prejuízo) do exercício	(36.887)	(29.788)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária e Preferenciais – R\$	(7,25932)	(0,78165)

NOTA 20 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As Demonstrações de Resultado do Exercício já estão adequadas aos princípios necessários determinados pela deliberação CVM nº 582/09, visto a Companhia operar exclusivamente no segmento de implementos rodoviários.

NOTA 21 – CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis de perda em 31 de Dezembro 2017 no montante de R\$ 4.871 (R\$ 4.871 em 31 de dezembro de 2016). Também é parte integrante em dois processos tributários com risco possível de perda na cobrança de IPI no montante de R\$ 11.200 e R\$ 764, no qual este já teve decisão favorável sobre o mesmo assunto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Mottin Jr. – Presidente

Ernani Catalani Filho – Vice-Presidente

Luiz Alcemar Baumart - Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente

Davi Souza da Rosa - Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com os Investidores

Davi Souza da Rosa - Contador CRC-RS 90.886- CPF 003.357.470-78



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao
Conselho de administração e acionistas da
RECRUSUL S/A
Sapucaia do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Recrusul S/A**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Recrusul S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção a nota 1 às demonstrações contábeis onde consta que a Companhia está trabalhando no objetivo de reativar sua linha de produção de implementos rodoviários, e que incorreu em prejuízos operacionais nos últimos exercícios e, conforme balanço patrimonial nessa data, o seu passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 35.738 mil (consolidado - R\$ 43.956 mil). Adicionalmente, a companhia finalizou processo de alienação imobiliária de seu ativo industrial pelo valor de R\$17 milhões, com fluxo de recebimentos com entrada em 30 e 60 dias, mais reforços semestrais e saldo em 50 parcelas mensais de R\$ 250 mil, mantendo-se inalterado o Plano de Reestruturação dos Pagamentos aprovado na AGC de 07/01/2016, relacionando todos os credores trabalhistas e quirografários e seus respectivos créditos a serem pagos na medida em que o valor da venda do respectivo ativo imobiliário for realizado. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de retomada e continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Integralização do Capital social

Conforme notas explicativas 01 e 13.1, através de Ata de Reunião do Conselho de Administração de 20 de julho de 2016 a Companhia efetuou aumento de capital no montante de R\$ 52.498 mil mediante a subscrição privada de novas ações, sendo R\$33.679 mil oriundos de conversão de dívidas com fornecedores e instituições financeiras, R\$4.452 mil de avais e R\$14.367 mil em espécie (nota 5), para cumprimento de acordo com credores através das respectivas conversões de dívidas em ações da Companhia e capital de giro para retomada das suas operações. Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 13 de dezembro de 2016, a qual ratificou a ata de aumento de capital, das 11.728 mil ações ordinárias, seriam subscritas pela empresa Triskelion Capital Consultoria e Gestão de Investimentos Estratégicos Ltda. (“Triskelion”) 9.578.069 novas ações, sendo 8.939.531 ações ordinárias e 638.538 ações preferenciais subscritas pela acionista. Esta empresa deteria o controle da Companhia, com 70% das ações ordinárias. A Triskelion tinha o prazo de integralização total do valor, no montante de R\$ 14.367 mil, até o dia 31 de março de 2017, conforme noticiado pela Companhia no Comunicado ao Mercado (Esclarecimento 3T16) datado de 28 de novembro de 2016. Entretanto, conforme Fato Relevante publicado em 03 de abril de 2017, a mesma



notificou que não integralizou o capital por entendimento diverso sobre a questão da alienação imobiliária do ativo da Companhia. Adicionalmente, conforme Fato Relevante publicado em 25 de maio de 2017, foi iniciada a transferência das ações detidas pela Triskelion Capital para os investidores descritos neste Fato Relevante. Tais investidores assumiram o dever de integralização, anteriormente detida pela Triskelion Capital, sem prazo determinado. O valor total a ser integralizado é de R\$ 14.367 mil. Até o presente momento foram integralizados R\$ 959 mil deste valor, mantendo a Companhia o saldo de R\$ 13.408 mil contabilizado em seu ativo como direito a receber. Caso não ocorra a referida integralização do aumento de capital a Companhia precisará identificar outros meios de capitalização para financiar seu giro. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase – Parcelamentos de tributos federais

Conforme descrito na nota explicativa 12, em 2014 a Companhia optou em incluir parte do passivo tributário no Parcelamento previsto na Lei nº 12.996/2014 e em 2017 no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nessas modalidades de parcelamentos encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou



com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Retomada das atividades operacionais

Porque é um PAA:

Conforme descrito na nota 01 - Contexto operacional, a Companhia incorreu em prejuízos operacionais nos últimos exercícios e deficiência de capital de giro que culminou com a parada de suas operações desde o exercício de 2015, motivo pelo qual seus administradores estão envidando esforços no intuito de buscar alternativas de capitalização via aumento de capital para retomada de suas atividades. Até o presente momento houve a integralização de R\$ 959 mil, mantendo a Companhia o saldo de R\$13.408 contabilizado em seu ativo como direito a receber. Caso não ocorra a referida integralização deste saldo, a Companhia precisará identificar outros meios de capitalização para financiar seu giro.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Obtivemos junto a administração da Companhia a documentação referente ao processo de aumento de capital iniciado em 20 de julho de 2016, incluindo atas de reuniões, fatos relevantes e comunicados ao mercado referente as transferências de direitos de subscrição entre acionistas, bem como analisamos tais documentos para concluirmos quanto a sua legitimidade, confirmando o aumento do capital social de acordo com a Ata de Reunião do Conselho de Administração de 13 de dezembro de 2016. Desta forma,



mantivemos este assunto como incerteza relacionada com a continuidade operacional da Companhia.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **Recrusul S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por nós cujo relatório foi emitido em 28 de março de 2017 contendo parágrafo de ênfase sobre continuidade operacional e sobre a necessidade de homologação pelos órgãos fiscalizadores do parcelamento previsto na Lei 12.996, semelhante ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do



que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a voltarem as suas atividades operacionais ou a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 13 de março de 2018.

Carlos Alberto dos Santos

Contador – CRCRS nº 69.366

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360



**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09**

Os Sr. Ricardo Mottin Jr. e Davi Souza da Rosa declaram, na qualidade de Diretores da Recrusul S/A, sociedade por ações com sede na cidade de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Luiz Pasteur, 1020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.333.666/0001-17 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Sapucaia do Sul, 14 de Março de 2018.

Ricardo Mottin Jr.
Diretor Presidente

Davi Souza da Rosa
Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com os Investidores

**Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09**

Os Sr. Ricardo Mottin Jr. e Davi Souza da Rosa declaram, na qualidade de Diretores da Recrusul S/A, sociedade por ações com sede na cidade de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Luiz Pasteur, 1020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.333.666/0001-17 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, sobre as demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Sapucaia do Sul, 14 de Março de 2018.

Ricardo Mottin Jr.
Diretor Presidente

Davi Souza da Rosa
Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com os Investidores

